



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



Habeas Corpus nº:

0202396-3

Comarca Origem:

Paulista – 1ª Vara Criminal

085

Impetrante:

Severino José de Carvalho

Paciente:

Wagner Alexandre Alves dos Santos

Relator:

Des. Mauro Alencar de Barros

Procuradora de Justiça

Christiane Roberta Gomes de Farias Santos

convocada:

Órgão Julgador:

2ª Câmara Criminal

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PORTE ILEGAL DE ARMAS. PRISÃO EM FLAGRANTE. EXCESSO DE PRAZO. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES PARA A CUSTÓDIA CAUTELAR. INOBSERVÂNCIA. ORDEM DENEGADA.

1. No caso *sub examine*, a instrução criminal está seguindo sua tramitação dentro da normalidade e em conformidade com os critérios razoabilidade exigidos pela jurisprudência, de modo que não resta caracterizado o constrangimento ilegal dos pacientes.
2. Observa-se que o feito vem sendo devidamente impulsionando, tendo sido, inclusive, detectada pela autoridade dita coatora a conexão instrumental ou ocasional entre o cometimento do delito de porte ilegal de armas e o crime, também imputado ao réu, de roubo, em trâmite na 1ª Vara Criminal da Comarca de Paulista, haja vista a prova de uma infração servir de prova para a outra, anterior.
3. Não se pode olvidar que o prazo de 81 dias para conclusão da instrução criminal, quando se tratar de réu preso, não é absoluto, devendo-se ponderar se há ou não excesso de prazo razoável, o que, *in casu*, não é observado.
4. Em um segundo momento, argüiu o impetrante que inexistem os requisitos autorizadores para manutenção da custódia cautelar do paciente, contudo, observando-se a decisão que mantém tal segregação, vê-se que a mesma restou devidamente fundamentada na garantia da ordem pública e na conveniência da instrução criminal.
5. Nesse contexto, verificou-se que a manutenção da custódia do paciente mostra-se devida, especialmente para se garantir a ordem pública, que resta extremamente abalada, haja vista que os crimes cometidos foram na mesma comarca e tal como se depreende das datas de recebimento das denúncias, num curto espaço de tempo entre os delitos ao paciente imputados.
6. Unanimemente, denegou-se a ordem.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *habeas corpus* nº 0202396-3, da Comarca de Paulista, em que figuram, como impetrante Severino José de Carvalho e como paciente, **Wagner Alexandre Alves dos Santos**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **por unanimidade** votos, em denegar a ordem do presente *habeas*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



corpus, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

086

Recife, 16 de dezembro de 2009.

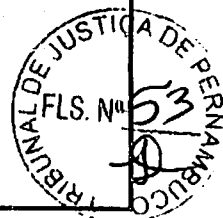
Des. MAURO ALENCAR DE BARROS

Relator

RPD



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros



Habeas Corpus nº:

0202396-3

Comarca Origem:

Paulista – 1ª Vara Criminal

087

Impetrante:

Severino José de Carvalho

Paciente:

Wagner Alexandre Alves dos Santos

Relator:

Des. Mauro Alencar de Barros

Procuradora de Justiça convocada:

Christiane Roberta Gomes de Farias Santos

Órgão Julgador:

2ª Câmara Criminal

RELATÓRIO

Trata-se de habeas corpus liberatório ajuizado em favor de **Wagner Alexandre Alves dos Santos**, objetivando a sua soltura, sob o argumento de que está sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa.

Aduz o impetrante que o ora paciente encontra-se preso desde 16/03/2009, sem que ainda tenha sido submetido a interrogatório, o que caracterizaria constrangimento ilegal sanável via *habeas corpus*. Requerida a liberdade provisória, esta foi negada pelo MM Juízo *a quo*.

Alega, ademais, que o paciente não preenche os requisitos autorizadores da prisão preventiva e é portador de bons antecedentes, profissão definida e endereço fixo.

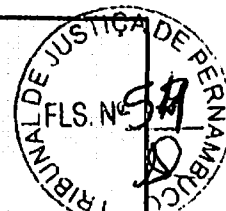
Oficiada a autoridade apontada coatora, esta informou que as informações restavam momentaneamente prejudicadas uma vez que os autos do referido processo tinham sido encaminhados ao Mutirão Carcerário e, tão logo fossem devolvidos, as informações seriam prestadas.

Encaminhados os autos à Procuradoria de Justiça Criminal, esta, através de cota, às fls. 30, requereu que a solicitação quanto as informações a serem prestadas pela autoridade dita coatora fossem reiteradas, sendo, posteriormente, encaminhados os presentes para apreciação desta.

Através de despacho, às fls. 33, esta Relatoria observou que, através do ofício da autoridade apontada como coatora, esta informou que o processo de nº 231.2009.001677-4, encontrava-se no Mutirão Carcerário. Então, em consulta ao site deste TJPE, fora verificado que o Juiz do Mutirão esclareceu que, em relação ao r. mencionado processo, não há prisão em flagrante nem decreto de prisão preventiva em desfavor do réu e ora paciente.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros



088

Também restou consignado neste despacho que, apesar de não ter sido mencionado que o processo a que o paciente responde, em razão ao Estatuto do Desarmamento, diz respeito ao processo de nº 231.2009.001730-4, no qual a ele é imputada a conduta tipificada no art. 14, da Lei 10.826/2003, despachado na mesma data do anterior, através do qual fora mantida a prisão do acusado.

Por fim, informou que contra o paciente destes autos ainda tramita inquérito policial, de nº 231.2009.000108-4 e uma ação penal de competência do Júri, de nº 231.2009.002281-2.

Encaminhados os autos, novamente, a D. Procuradoria de Justiça, o parecer desta foi pela denegação da ordem.

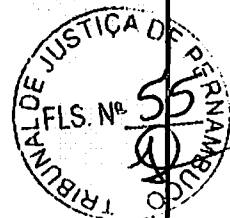
É o relatório.

Recife, 16 de dezembro de 2009

Des. Mauro Alencar de Barros
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros



089

Habeas Corpus nº:

0202396-3

Comarca Origem:

Paulista – 1ª Vara Criminal

Impetrante:

Severino José de Carvalho

Paciente:

Wagner Alexandre Alves dos Santos

Relator:

Des. Mauro Alencar de Barros

Procuradora de Justiça convocada:

Christiane Roberta Gomes de Farias Santos

Órgão Julgador:

2ª Câmara Criminal

VOTO DO RELATOR

Trata-se de habeas corpus liberatório ajuizado em favor de **Wagner Alexandre Alves dos Santos**, objetivando a sua soltura, sob o argumento de que está sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa. Alega, ademais, que o paciente não preenche os requisitos autorizadores da prisão preventiva e é portador de bons antecedentes, profissão definida e endereço fixo.

Pois bem.

Como consta do despacho de fls. proferido por esta Relatoria, verificou-se que a autoridade dita coatora esclareceu que estava impossibilitado de prestar as informações solicitadas por estar o processo de nº 231.2009.001677-4 sob apreciação do Mutirão Carcerário.

Juntamente com o referido despacho, acostou-se os andamentos daquele processo e dos demais que tramitam em desfavor do ora paciente.

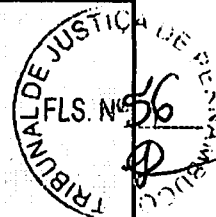
Com relação ao feito de nº 231.2009.001730-4, verifico que o paciente fora denunciado pela prática do crime previsto no art. 14, da Lei 10.826/2003, tendo ocorrido o fato delituoso em 15/03/2009, quando o paciente portava um revólver de marca Rossi, calibre 38, sem a devida autorização para tanto.

Em despacho proferido pelo MM Juiz *a quo* nos autos do referido processo, datado de 08/04/2009, a denúncia foi recebida, momento em que entendeu aquele juízo pela manutenção da prisão em flagrante do acusado - uma vez que o *periculum libertatis* restou caracterizado para garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal.

Posteriormente, em 17/07/2009, nestes mesmos autos, verificou a MM Juíza que a arma apreendida neste processo foi a mesma utilizada no roubo, momento em que foi



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros



detectada a conexão deste processo com o feito de nº 231.2009.001677-4, tendo sido declinada a competência para o juízo no qual estava tramitando este último processo. 090

Verifico que o objeto do presente *writ* é a concessão da ordem em virtude do constrangimento ilegal que vem sofrendo o paciente pelo excesso de prazo na formação da culpa.

Ocorre que, diante das considerações acima expostas, a MM Juíza da 1ª Vara Criminal da Comarca de Paulista declinou da competência nos termos do art. 75, parágrafo único e art. 78, I, do CPP, em virtude de conexão instrumental ou ocasional entre o cometimento, em tese, do crime de porte ilegal de armas (231.2009.001730-4) e do crime de roubo (231.2009.001677-4), visto que a prova de um delito serve para prova do outro, este anterior.

Tendo em vista o princípio da razoabilidade, é cediço que o prazo de 81 dias para conclusão da instrução criminal, quando se tratar de réu preso, não é absoluto, conforme se depreende do seguinte aresto do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. PORTE ILEGAL DE ARMA. RESISTÊNCIA. PRISÃO EM FLAGRANTE. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA.

I - O prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando mera soma aritmética de tempo para os atos processuais (Precedentes do STF e do STJ).

II - Dessa forma, o constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando houver demora injustificada (Precedentes).

III - No caso em tela, a ação penal vem se desenvolvendo regularmente, em observância aos prazos legais, não havendo que se falar, por ora, em eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo.

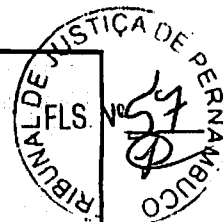
Ordem denegada.

(HC 124.739/CE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 24/03/2009, DJe 27/04/2009)

Vê-se, assim, que a instrução está prosseguindo normalmente dentro dos padrões de razoabilidade exigidos pela jurisprudência, devendo-se, inclusive, atentar para a conexão detectada pela MM Juíza *a quo*, verificando-se que o feito vem sendo devidamente impulsionado e dado seguimento, de modo que não se pode considerar que há o excesso de prazo referido pelo impetrante.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros



091

Em um segundo momento, aduz o impetrante que não estão presentes os requisitos autorizadores para manutenção da custódia cautelar do paciente, visto ser primário, de bons antecedentes e profissão definida.

Como colacionado às fls. 37 destes autos, o despacho proferido pelo MM Juiz, em sede de Mutirão Carcerário, nos autos do processo 231.2009.001730-4, afirmou que a segregação cautelar do acusado/paciente deve permanecer mantida, visto que responde a outros delitos na mesma comarca, devendo ser assim a ordem pública resguardada.

Em relação ao processo nº 231.2009.001677-4, o paciente responde a processo crime juntamente com Antonio Souza Santos Barbosa, este segundo, conforme decisão do MM Juízo *a quo*, não faz jus à concessão de liberdade provisória, posto que o modo de agir que lhe foi atribuído à denúncia denota sua periculosidade, devendo, assim, ser resguardada a ordem pública, mantendo-o preso.

Convém ressaltar ainda que o ora paciente também responde a processo de nº 231.2009.002281-2, de competência do Tribunal do Júri, onde restou considerado pelo Juiz processante que o paciente está sendo processado pelo delito capitulado no art. 121, §2º, II e IV, do CP, o que demonstra indícios de personalidade voltada para o crime, constatando-se assim que se posto em liberdade, encontrará o acusado e ora paciente os estímulos para que volte a cometer delitos desta mesma natureza.

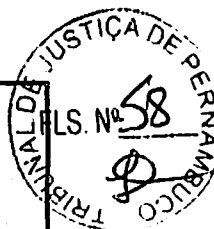
Observando-se a decisão que mantém a segregação cautelar do acusado, vê-se que a mesma restou devidamente fundamentada na garantia da ordem pública e na conveniência da instrução criminal e, no que se refere aos fundamentos da prisão preventiva, constantes dos arts. 311 e 312, do CPP, é sabido que tal segregação pode ser decretada com fundamento nos termos invocados pela autoridade dita coatora.

Nesse contexto, verifica-se que a manutenção da custódia do paciente mostra-se devida, especialmente para garantir-se a ordem pública, que resta extremamente abalada, segundo confirma os despachos de fls. 37, 38 e 40 destes autos, haja vista que os crimes cometidos foram na mesma comarca e tal como se depreende das datas de recebimento das denúncias, num curto espaço de tempo entre os delitos acima mencionados.

Assim, demonstrada, com base em elementos concretos dos autos, a presença do *periculum libertatis*, justificada está a continuidade da custódia preventiva imposta, especialmente levando-se em conta a garantia da ordem pública, dado o *quantum de delitos imputados ao ora acusado, revelador da periculosidade concreta do agente.*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros



092

Ademais, apesar do impetrante ter levantado as condições pessoais favoráveis do denunciado estas não restaram comprovadas com qualquer documento capaz de atestá-las e, ainda que as mesmas fossem benéficas, não teriam, em princípio, por si sós, o condão de garantir a concessão da liberdade provisória, havendo nos autos elementos suficientes a demonstrar a necessidade da sua manutenção.

Eis o posicionamento dos nossos Tribunais Superiores:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ESTELIONATO. FORMAÇÃO DE QUADRILHA. PRISÃO PREVENTIVA. RESGUARDO DA ORDEM PÚBLICA. POSSIBILIDADE DE REITERAÇÃO CRIMINOSA. MODUS OPERANDI DA QUADRILHA. VULTOSO PREJUÍZO AOS COFRES DO INSS. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. PLURALIDADE DE RÉUS. COMPLEXIDADE DA CAUSA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. WRIT PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA EXTENSÃO, DENEGADO.

1. Não é possível o conhecimento de writ que trata de reiteração de pedido, formulado anteriormente, em outro habeas corpus.

2. O modus operandi da quadrilha à qual supostamente pertencia a paciente, responsável por vultosos prejuízos aos cofres do INSS, é suficiente para justificar a necessidade de sua prisão preventiva.

Precedentes.

3. A existência de notícias objetivas de que a paciente estaria ameaçando co-réus basta para embasar sua prisão preventiva na conveniência da instrução criminal. Precedentes.

4. **Presentes os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal no caso concreto, tão-só a primariedade, residência fixa e ocupação lícita da paciente, ainda que comprovados estivessem, não são aptos a garantir-lhe a revogação da prisão preventiva. Precedentes.**

5. A pluralidade de réus na ação penal de conhecimento, bem como a necessidade de serem realizadas várias diligências imprescindíveis, autoriza a aplicação do princípio da razoabilidade a fim de permitir dilação no prazo para o término da instrução. Precedentes.

6. Writ parcialmente conhecido e, nesta extensão, denegado.

(HC 119.576/PB, Rel. Ministra JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG), SEXTA TURMA, julgado em 06/02/2009, DJe 02/03/2009)

Ante o exposto, acompanhando o parecer da D. Procuradoria de Justiça, voto pela **denegação da ordem**.

Recife, 16 de dezembro de 2009

Des. Mauro Alencar de Barros
Relator